

DIAGNÓSTICOS DA AMÉRICA S.A.

Companhia Aberta
CNPI/ME nº 61.486.650/0001-83 - NIRE 35.300.172.507

Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 26 de Fevereiro de 2025

Dia, Hora e Local: Realizada no dia 26 de fevereiro de 2025, às 16:00 horas, de forma **exclusivamente digital**, a ser considerada como realizada na sede social da Diagnósticos da América S.A., situada na cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Avenida Juruá, 434, Alphaville, CEP 06.455-010 ("Companhia" e "Assembleia", nos termos do art. 5º, §3º da Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada ("Resolução CVM 81"). **2. Convocação e Publicações:** Edital de convocação publicado, em primeira convocação, no jornal "Diário de Notícias" (<https://publicidade.diariodnoticias.com.br/>), nas edições dos dias 5, 6 e 7 de fevereiro de 2025 - respectivamente, páginas 9 e 10 das edições, nos termos do artigo 125 da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, com alterações alterada ("Lei das Sociedades por Ações") e em sua página internet, e no site eletrônico da Companhia, para a realização da Assembleia, e, em segunda convocação, no site eletrônico da Companhia, excetuadas as ações em tesouraria, e em terceira convocação, nas assinaturas constantes do livro de Presidência da Companhia, no site eletrônico da Companhia, para a realização da Assembleia ("Lei das Sociedades por Ações"). **3. Local e Horário:** A Assembleia foi realizada na sede social da Companhia ("Net Meetings") e pelo mapa simplificado consolidado disponibilizado em 25 de fevereiro de 2025, nos termos do art. 47, inciso II e III, art. 46-B, parágrafo único e art. 46-C, inciso II da Resolução CVM 81, ficando, desta forma, constatado o atendimento ao quórum legal para a instalação desta Assembleia. Presença também (i) a Sra. **Nelcine Conceição de Oliveira Tropeiro**, Diretora sem Designação Específica da Companhia; e (ii) a Sra. **Renata Lopes**, representante da APISIS Consultoria e Avaliações Ltda. **4. Composição da Mesa:** Fernanda de Lima França Ferreira Brito, Presidente; e Nelcine Conceição de Oliveira Tropeiro, Secretária. **4.1.** De acordo com os artigos 10, §1º e 11 do Estatuto Social da Companhia, foi indicada a Sra. Fernanda de Lima França Ferreira Brito, representante de acionistas da Companhia, para presidir a Assembleia. **5. Documentos Submetidos à Apreciação da Assembleia:** Os documentos submetidos à apreciação da Assembleia foram numerados e autenticados pelo Conselho de Administração da Companhia, e são os seguintes: (i) **Laudo de Avaliação**, elaborado pela Impar, Companhia de Administração, S.A., em conformidade com o novo número de ações em que se divide o capital social da Companhia como resultado do aumento de capital, aprovado dentro do limite de capital autorizado em reunião do Conselho de Administração realizada em 9 de setembro de 2024 e homologado em reunião do Conselho de Administração realizada em 25 de novembro de 2024; (ii) **Consolidar o Estatuto Social da Companhia para refletir a alteração prevista no (v) acima;** e (iii) **Autorizar a Diretoria a praticar os atos necessários à efetivação da Operação e demais deliberações tomadas.** **6. Procedimentos Preliminares:** Antes do início dos trabalhos da Assembleia, a Secretária da Mesa, Sra. **Nelcine Conceição de Oliveira Tropeiro**, prestou os esclarecimentos sobre o funcionamento do sistema eletrônico de participação à distância disponibilizado pela Companhia (**platforma digital Net Meetings**), a forma de manifestação e voto dos acionistas que participam remotamente da Assembleia, bem como informou aos acionistas que (i) os trabalhos da Assembleia foram realizados de forma exclusivamente digital, e (ii) a participação à distância da Assembleia (**platforma digital Net Meetings**) permite a participação ativa dos acionistas na Assembleia, os quais poderão manifestar-se diretamente à mesa e aos demais acionistas. Ainda, os acionistas que participam à distância pela plataforma **Net Meetings** autorizam a Companhia a utilizar quaisquer informações constantes da gravação da Assembleia para os devidos fins de direito. **9. Deliberações:** No início da Assembleia, os acionistas aprovaram, por unanimidade dos presentes via plataforma digital, a dispensa da leitura do Edital de Convocação, da Proposta da Administração, e dos demais documentos divulgados no dia 5 de fevereiro de 2025. Após exame e discussão das matérias constantes da ordem do dia, os acionistas presentes deliberaram: **quanto ao item (I):** Aprovar, sem ressalvas, por maioria de votos dos acionistas presentes, a ratificação da nomeação e contratação da APISIS Consultoria e Avaliações Ltda., representada por seu sócio, Miguel Cortés Carmona, para a realização da avaliação da Companhia, excetuadas as ações em tesouraria, e em terceira convocação, nas assinaturas constantes do livro de Presidência do Estado de São Paulo sob o nº 344323/0-6, como sociedade independente especializada e responsável pela elaboração do Laudo de Avaliação, nos termos e condições descritas em seu respectivo Protocolo e Justificação, celebrados entre as administrações da Impar, da Companhia e Dasa Real Estate. **quanto ao item (II):** Aprovar, sem ressalvas, por maioria de votos dos acionistas presentes, o Laudo de Avaliação constante do **Anexo A** do Protocolo e Justificação. **quanto ao item (III):** Aprovar, sem ressalvas, por maioria de votos dos acionistas presentes, o Protocolo e Justificação constante do **Anexo A** da presente ata. **quanto ao item (IV):** Aprovar, sem ressalvas, por maioria de votos dos acionistas presentes, a incorporação do Acredo Cindido Dasa, nos termos e condições previstos no respectivo Protocolo e Justificação e sujeita às condições ali previstas. **quanto ao item (V):** Aprovar, sem ressalvas, por maioria de votos dos acionistas presentes, a alteração do caput do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia para refletir a alteração prevista na deliberação (v) acima, que passa a vigorar com o seguinte texto: "Artigo 5º. O capital autorizado em reunião do Conselho de Administração realizada em 25 de novembro de 2024, **quanto ao item (vi):** Aprovar, sem ressalvas, por maioria de votos dos acionistas presentes, a consolidação do Estatuto Social da Companhia para refletir a alteração prevista na deliberação (v) acima, que passa a vigorar com o seguinte texto: "Artigo 5º. O capital autorizado em reunião do Conselho de Administração realizada em 25 de novembro de 2024, **quanto ao item (vi):** Aprovar, sem ressalvas, por maioria de votos dos acionistas presentes, a consolidação do Estatuto Social da Companhia para refletir a alteração prevista na deliberação (v) acima, que passa a vigorar com o seguinte texto: "Artigo 5º. O capital autorizado em reunião do Conselho de Administração realizada em 25 de novembro de 2024, **quanto ao item (vi):** Aprovar, sem ressalvas, por maioria de votos dos acionistas presentes, a consolidação do Estatuto Social da Companhia para refletir a alteração prevista na deliberação (v) acima, que passa a vigorar com o seguinte texto: "Artigo 5º. O capital autorizado em reunião do Conselho de Administração realizada em 25 de novembro de 2024, **quanto ao item (vi):** Aprovar, sem ressalvas, por maioria de votos dos acionistas presentes, a consolidação do Estatuto Social da Companhia para refletir a alteração prevista na deliberação (v) acima, que passa a vigorar com o seguinte texto: "Artigo 5º. O capital autorizado em reunião do Conselho de Administração realizada em 25 de novembro de 2024, **quanto ao item (vi):** Aprovar, sem ressalvas, por maioria de votos dos acionistas presentes, a consolidação do Estatuto Social da Companhia para refletir a alteração prevista na deliberação (v) acima, que passa a vigorar com o seguinte texto: "Artigo 5º. O capital autorizado em reunião do Conselho de Administração realizada em 25 de novembro de 2024, **quanto ao item (vi):** Aprovar, sem ressalvas, por maioria de votos dos acionistas presentes, a consolidação do Estatuto Social da Companhia para refletir a alteração prevista na deliberação (v) acima, que passa a vigorar com o seguinte texto: "Artigo 5º. O capital autorizado em reunião do Conselho de Administração realizada em 25 de novembro de 2024, **quanto ao item (vi):** Aprovar, sem ressalvas, por maioria de votos dos acionistas presentes, a consolidação do Estatuto Social da Companhia para refletir a alteração prevista na deliberação (v) acima, que passa a vigorar com o seguinte texto: "Artigo 5º. O capital autorizado em reunião do Conselho de Administração realizada em 25 de novembro de 2024, **quanto ao item (vi):** Aprovar, sem ressalvas, por maioria de votos dos acionistas presentes, a consolidação do Estatuto Social da Companhia para refletir a alteração prevista na deliberação (v) acima, que passa a vigorar com o seguinte texto: "Artigo 5º. O capital autorizado em reunião do Conselho de Administração realizada em 25 de novembro de 2024, **quanto ao item (vi):** Aprovar, sem ressalvas, por maioria de votos dos acionistas presentes, a consolidação do Estatuto Social da Companhia para refletir a alteração prevista na deliberação (v) acima, que passa a vigorar com o seguinte texto: "Artigo 5º. O capital autorizado em reunião do Conselho de Administração realizada em 25 de novembro de 2024, **quanto ao item (vi):** Aprovar, sem ressalvas, por maioria de votos dos acionistas presentes, a consolidação do Estatuto Social da Companhia para refletir a alteração prevista na deliberação (v) acima, que passa a vigorar com o seguinte texto: "Artigo 5º. O capital autorizado em reunião do Conselho de Administração realizada em 25 de novembro de 2024, **quanto ao item (vi):** Aprovar, sem ressalvas, por maioria de votos dos acionistas presentes, a consolidação do Estatuto Social da Companhia para refletir a alteração prevista na deliberação (v) acima, que passa a vigorar com o seguinte texto: "Artigo 5º. O capital autorizado em reunião do Conselho de Administração realizada em 25 de novembro de 2024, **quanto ao item (vi):** Aprovar, sem ressalvas, por maioria de votos dos acionistas presentes, a consolidação do Estatuto Social da Companhia para refletir a alteração prevista na deliberação (v) acima, que passa a vigorar com o seguinte texto: "Artigo 5º. O capital autorizado em reunião do Conselho de Administração realizada em 25 de novembro de 2024, **quanto ao item (vi):** Aprovar, sem ressalvas, por maioria de votos dos acionistas presentes, a consolidação do Estatuto Social da Companhia para refletir a alteração prevista na deliberação (v) acima, que passa a vigorar com o seguinte texto: "Artigo 5º. O capital autorizado em reunião do Conselho de Administração realizada em 25 de novembro de 2024, **quanto ao item (vi):** Aprovar, sem ressalvas, por maioria de votos dos acionistas presentes, a consolidação do Estatuto Social da Companhia para refletir a alteração prevista na deliberação (v) acima, que passa a vigorar com o seguinte texto: "Artigo 5º. O capital autorizado em reunião do Conselho de Administração realizada em 25 de novembro de 2024, **quanto ao item (vi):** Aprovar, sem ressalvas, por maioria de votos dos acionistas presentes, a consolidação do Estatuto Social da Companhia para refletir a alteração prevista na deliberação (v) acima, que passa a vigorar com o seguinte texto: "Artigo 5º. O capital autorizado em reunião do Conselho de Administração realizada em 25 de novembro de 2024, **quanto ao item (vi):** Aprovar, sem ressalvas, por maioria de votos dos acionistas presentes, a consolidação do Estatuto Social da Companhia para refletir a alteração prevista na deliberação (v) acima, que passa a vigorar com o seguinte texto: "Artigo 5º. O capital autorizado em reunião do Conselho de Administração realizada em 25 de novembro de 2024, **quanto ao item (vi):** Aprovar, sem ressalvas, por maioria de votos dos acionistas presentes, a consolidação do Estatuto Social da Companhia para refletir a alteração prevista na deliberação (v) acima, que passa a vigorar com o seguinte texto: "Artigo 5º. O capital autorizado em reunião do Conselho de Administração realizada em 25 de novembro de 2024, **quanto ao item (vi):** Aprovar, sem ressalvas, por maioria de votos dos acionistas presentes, a consolidação do Estatuto Social da Companhia para refletir a alteração prevista na deliberação (v) acima, que passa a vigorar com o seguinte texto: "Artigo 5º. O capital autorizado em reunião do Conselho de Administração realizada em 25 de novembro de 2024, **quanto ao item (vi):** Aprovar, sem ressalvas, por maioria de votos dos acionistas presentes, a consolidação do Estatuto Social da Companhia para refletir a alteração prevista na deliberação (v) acima, que passa a vigorar com o seguinte texto: "Artigo 5º. O capital autorizado em reunião do Conselho de Administração realizada em 25 de novembro de 2024, **quanto ao item (vi):** Aprovar, sem ressalvas, por maioria de votos dos acionistas presentes, a consolidação do Estatuto Social da Companhia para refletir a alteração prevista na deliberação (v) acima, que passa a vigorar com o seguinte texto: "Artigo 5º. O capital autorizado em reunião do Conselho de Administração realizada em 25 de novembro de 2024, **quanto ao item (vi):** Aprovar, sem ressalvas, por maioria de votos dos acionistas presentes, a consolidação do Estatuto Social da Companhia para refletir a alteração prevista na deliberação (v) acima, que passa a vigorar com o seguinte texto: "Artigo 5º. O capital autorizado em reunião do Conselho de Administração realizada em 25 de novembro de 2024, **quanto ao item (vi):** Aprovar, sem ressalvas, por maioria de votos dos acionistas presentes, a consolidação do Estatuto Social da Companhia para refletir a alteração prevista na deliberação (v) acima, que passa a vigorar com o seguinte texto: "Artigo 5º. O capital autorizado em reunião do Conselho de Administração realizada em 25 de novembro de 2024, **quanto ao item (vi):** Aprovar, sem ressalvas, por maioria de votos dos acionistas presentes, a consolidação do Estatuto Social da Companhia para refletir a alteração prevista na deliberação (v) acima, que passa a vigorar com o seguinte texto: "Artigo 5º. O capital autorizado em reunião do Conselho de Administração realizada em 25 de novembro de 2024, **quanto ao item (vi):** Aprovar, sem ressalvas, por maioria de votos dos acionistas presentes, a consolidação do Estatuto Social da Companhia para refletir a alteração prevista na deliberação (v) acima, que passa a vigorar com o seguinte texto: "Artigo 5º. O capital autorizado em reunião do Conselho de Administração realizada em 25 de novembro de 2024, **quanto ao item (vi):** Aprovar, sem ressalvas, por maioria de votos dos acionistas presentes, a consolidação do Estatuto Social da Companhia para refletir a alteração prevista na deliberação (v) acima, que passa a vigorar com o seguinte texto: "Artigo 5º. O capital autorizado em reunião do Conselho de Administração realizada em 25 de novembro de 2024, **quanto ao item (vi):** Aprovar, sem ressalvas, por maioria de votos dos acionistas presentes, a consolidação do Estatuto Social da Companhia para refletir a alteração prevista na deliberação (v) acima, que passa a vigorar com o seguinte texto: "Artigo 5º. O capital autorizado em reunião do Conselho de Administração realizada em 25 de novembro de 2024, **quanto ao item (vi):** Aprovar, sem ressalvas, por maioria de votos dos acionistas presentes, a consolidação do Estatuto Social da Companhia para refletir a alteração prevista na deliberação (v) acima, que passa a vigorar com o seguinte texto: "Artigo 5º. O capital autorizado em reunião do Conselho de Administração realizada em 25 de novembro de

[illegible][illegible]

Continuação

e regulados de acordo com o que preceitua a Lei n. 6.404/76. **Capítulo VI - Alienação de Controle e Saída do Novo Mercado - Artigo 37.** A alienação direta ou indireta de controle da Companhia, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob a condição de que o adquirente de controle se obrigue a realizar oferta pública de aquisição de ações tendo por objeto as ações de emissão da Companhia de titularidade dos demais acionistas, observando as condições e os prazos previstos na legislação e na regulamentação em vigor e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a assegurar o tratamento igualitário entre os acionistas. **Artigo 38.** Se não houver oferta pública de aquisição de ações no Regulamento do Novo Mercado, a saída voluntária da Companhia deverá ser precedida de oferta pública de aquisição de ações que observe os procedimentos previstos na regulamentação editada pela CVM sobre ofertas públicas de aquisição de ações para cancelamento de registro de companhia aberta e os seguintes requisitos: (i) o preço ofertado será, se justo, sendo possível, o pedido de nova avaliação da Companhia na forma estabelecida na Lei n. 6.404/76; (ii) acionistas titulares de mais de 1/3 (um terço) das ações em circulação deverão aceitar a oferta pública de aquisição de ações ou concordar expressamente com a saída do referido segmento sem a efetivação de alienação das ações. **Parágrafo Único.** A saída voluntária do Novo Mercado pode ocorrer independentemente da realização de oferta pública mencionada neste Artigo, na hipótese de dispensa aprovada em Assembleia Geral, nos termos do Regulamento do Novo Mercado. **Capítulo VII - Do Juízo Arbitral - Artigo 39.** A Companhia, seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal, efetivos e suplentes, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, na forma de seu regulamento, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda, da sua condição de emissor, acionistas, administradores, e membros do conselho fiscal, em especial, decorrentes das disposições contidas na Lei n. 6.385/76, na Lei n. 6.404/76, neste Estatuto Social, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, aliadas constantes do Regulamento do Novo Mercado, dos demais atos regulamentares da B3 e do Contrato de Participação no Novo Mercado. **Capítulo VIII - Da Liquidação da Companhia - Artigo 40.** A Companhia entrará em liquidação nos

casos determinados em lei, cabendo à Assembleia Geral eleger o liquidante ou liquidantes, bem como o Conselho Fiscal que deverá funcionar nesse período, obedecendo às formalidades legais. **Capítulo IX – Disposições Finais e Transitórias – Artigo 41.** É vedado à Companhia conceder financiamento ou garantias de qualquer espécie a terceiros, sob qualquer modalidade, para negócios estranhos aos interesses sociais. **Artigo 42.** As disposições contidas no Parágrafo Primeiro do Artigo 19, Artigo 12, inciso I, VI, X, Parágrafo Primeiro do Artigo 13, Parágrafo Primeiro e Parágrafo Segundo do Artigo 18, Capítulo V e Capítulo VI, somente terão eficácia a partir da data de entrada em vigor do Contrato de Participação no Novo Mercado, a ser celebrado entre a Companhia e a B3. **Artigo 43.** Após a listagem da Companhia na Companhia e a admissão à negociação de suas Ações no Novo Mercado, até a data em que seja atingido o percentual de Ações em Circulação equivalente a 20% (vinte por cento) de seu capital social, os quóruns para o exercício dos direitos conferidos nos termos do artigo 40-A (requisição de convocação de assembleia especial para deliberar sobre a avaliação da companhia na hipótese de cancelamento de seu registro de companhia aberta) e do artigo 141, §4, da Lei nº 6.404/76 (eleição de membro do conselho de administração em separado), serão reduzidos, conforme a seguir: I. O quórum para o exercício dos direitos conferidos nos termos do artigo 40-A da Lei nº 6.404/76, corresponderá a acionistas titulares de, no mínimo, 8% (oito por cento) das Ações em Circulação da Companhia; e II. O quórum para o exercício dos direitos conferidos nos termos do artigo 141, §4º da Lei nº 6.404/76, corresponderá a acionistas titulares de, no mínimo, 8% (oito por cento) das ações representativas do capital social da Companhia. **Parágrafo Primeiro.** Após atingir ou superar o percentual de Ações em Circulação a 20% (vinte por cento) de seu capital social, os exercícios dos direitos mencionados no *caput* deste artigo terão seus quóruns alterados para aqueles previstos Lei nº 6.404/76. **Parágrafo Segundo.** Para fins deste artigo, “**Ações em Circulação**” tem o significado atribuído no Regulamento do Novo Mercado, conforme aplicável. **Parágrafo Terceiro.** Enquanto o percentual de Ações em Circulação da Companhia for inferior a 20% (vinte por cento) de seu capital social, a convocação de cada Assembleia Geral da Companhia consignará o percentual das Ações em Circulação da Companhia quando da respectiva convocação e informará o quórum aplicável para o exercício dos direitos referidos no *caput* deste Artigo.

ÍMPAR SERVIÇOS HOSPITALARES S.A.

CNPJ nº 60.884.855/0001-54 - NIRE 35.3.0002082-1

ordinária realizada em 26 de Fevereiro de 2025

Data, Hora e Local: realizada em 26 de fevereiro de 2025, às 18h30min, na sede social da Impar Serviços Hospitalares S.A., localizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Darci Ruth Cardoso, nº 7615, Pinheiros, 5º andar, parte, Edifício Wtorre Negócios Unidas, CEP 05.425-095 ("Companhia").

Convocação e Presença: dispensada a publicação de Editais de Convocação, conforme disposto no art. 124, §4º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), tendo em vista a presença da acionista representando a totalidade do capital social da Companhia.

Composição da Mesa: a Assembleia geral foi presidida pelo Sr. **Rogério Reis de Castro**, secretário pelo Sr. **Nelcine Conceição de Oliveira**.

Ordem da Dia: deliberação (i) a lavratura da ata desta assembleia, com o teor do sumário dos pontos acordados e das deliberações, e a incorporação dos Acervos Cindidos; (ii) a aprovação do "Protocolo e Justificação de Cisão Parcial da Companhia com Incorporação dos Acervos Cindidos pela Diagnósticos da América S.A. e pela Dasa Real Estate Empreendimentos Imobiliários Ltda.", celebrado em 31 de janeiro de 2025 ("Protocolo e Justificação"), entre a Companhia, a **Diagnósticos da América S.A.**, sociedade anônima de capital aberto, com sede na cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Avenida Juruá, nº 434, Alphaville, CEP 06.455-010, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.486.650/0001-83, com seus atos constitutivos arquivados perante a JUCESP sob NIRE 35.390.127.507 ("Dasa"), e a **Dasa Real Estate Empreendimentos Imobiliários Ltda.**, sociedade limitada, com sede na Avenida de Barueri, Estado de São Paulo, na Avenida Juruá, nº 434, Sala B, Bairro Alphaville, CEP 06.455-010, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.158.070/0001-01, inscrita no CNPJ sob o nº 06.861.365/0001-30, registrada no Conselho Regional de Contabilidade do Rio de Janeiro sob o nº 05512/0-9 ("Empresa Avaliadora"), com empresa especializada responsável pela elaboração do laudo de avaliação com o objetivo de determinação do valor do patrimônio líquido contábil dos Acervos Cindidos a serem incorporados pelas Incorporadoras ("Laudo de Avaliação"); (iii) a aprovação do Laudo de Avaliação dos Acervos Cindidos, elaborado pela Empresa Avaliadora; (iv) a aprovação da cisão parcial da Companhia com a incorporação dos Acervos Cindidos pelas Incorporadoras ("Cisão"); (v) a aprovação, em decorrência da Cisão, da redução do capital social da Companhia em R\$ 3.649.188.821,10 (três bilhões, seiscientos e quarenta e nove milhões, cento e oitenta e oito mil, oitocentos e vinte e um reais e dez centavos), sem o cancelamento de ações; (vi) a alteração da Cláusula 5.º do Estatuto Social da Companhia no valor de R\$ 415.354.134 (quatrocentos e quinze milhões, trezentos e cinquenta e um mil, quatrocentos e quatro reais e treze centavos); (vii) a alteração da Cláusula 5.º do Estatuto Social da Companhia, após a deliberação dos itens (vi) e (viii) acima, para refletir a sua nova redução, em virtude da subsequente redução e aumento de capital social da Companhia previsto nos respectivos itens; (viii) a consolidação do Estatuto Social da Companhia, em razão dos deliberações descritas nos itens acima; e (ix) a autorização para os administradores da Companhia praticarem todos os atos necessários a fim de efetivar e cumprir as deliberações tomadas na presente assembleia.

Deliberações: instalada a assembleia, após deliberação sobre as deliberações constantes da ordem da dia, a Assembleia decidiu deliberar, ressalvas, o quanto segue: (i) Aprovar a lavratura da ata desta assembleia na forma do sumário dos pontos acordados e das deliberações; (ii) Aprovar o "Protocolo e Justificação de Cisão Parcial da Companhia com Incorporação dos Acervos Cindidos pela Diagnósticos da América S.A. e pela Dasa Real Estate Empreendimentos Imobiliários Ltda.", celebrado em 31 de janeiro de 2025, e cujo instrumento particular passa a fazer parte desta ata na forma do Anexo A; (iii) Aprovar a ratificação da nomeação e contratação da Empresa Avaliadora para a elaboração do Laudo de Avaliação, consoante o disposto no art. 226 e §1º do art. 227 da Lei das Sociedades por Ações. (iii.a) Nos termos da legislação vigente, a Empresa Avaliadora declarou: (i) não ser titular, direta ou indiretamente, de qualquer valor mobiliário ou derivativo referenciado em valor mobiliário de emissão da Dasa; (ii) não ter conflito de interesses que lhe diminua a independência necessária ao desempenho de suas funções; e (iii) que não teve, por parte dos controladores e administradores da Companhia, qualquer influência capaz de comprometer a imparcialidade e a objetividade de sua atuação; (iv) a Empresa Avaliadora declarou: (i) não ser titular, direta ou indiretamente, de qualquer valor mobiliário ou derivativo referenciado em valor mobiliário de emissão da Dasa; (ii) não ter conflito de interesses que lhe diminua a independência necessária ao desempenho de suas funções; e (iii) que não teve, por parte dos controladores e administradores da Companhia, qualquer influência capaz de comprometer a imparcialidade e a objetividade de sua atuação; (v) a Empresa Avaliadora declarou: (i) não ser titular, direta ou indiretamente, de qualquer valor mobiliário ou derivativo referenciado em valor mobiliário de emissão da Dasa; (ii) não ter conflito de interesses que lhe diminua a independência necessária ao desempenho de suas funções; e (iii) que não teve, por parte dos controladores e administradores da Companhia, qualquer influência capaz de comprometer a imparcialidade e a objetividade de sua atuação; (vi) a Empresa Avaliadora declarou: (i) não ser titular, direta ou indiretamente, de qualquer valor mobiliário ou derivativo referenciado em valor mobiliário de emissão da Dasa; (ii) não ter conflito de interesses que lhe diminua a independência necessária ao desempenho de suas funções; e (iii) que não teve, por parte dos controladores e administradores da Companhia, qualquer influência capaz de comprometer a imparcialidade e a objetividade de sua atuação; (vii) a Empresa Avaliadora declarou: (i) não ser titular, direta ou indiretamente, de qualquer valor mobiliário ou derivativo referenciado em valor mobiliário de emissão da Dasa; (ii) não ter conflito de interesses que lhe diminua a independência necessária ao desempenho de suas funções; e (iii) que não teve, por parte dos controladores e administradores da Companhia, qualquer influência capaz de comprometer a imparcialidade e a objetividade de sua atuação; (viii) a Empresa Avaliadora declarou: (i) não ser titular, direta ou indiretamente, de qualquer valor mobiliário ou derivativo referenciado em valor mobiliário de emissão da Dasa; (ii) não ter conflito de interesses que lhe diminua a independência necessária ao desempenho de suas funções; e (iii) que não teve, por parte dos controladores e administradores da Companhia, qualquer influência capaz de comprometer a imparcialidade e a objetividade de sua atuação; (ix) a Empresa Avaliadora declarou: (i) não ser titular, direta ou indiretamente, de qualquer valor mobiliário ou derivativo referenciado em valor mobiliário de emissão da Dasa; (ii) não ter conflito de interesses que lhe diminua a independência necessária ao desempenho de suas funções; e (iii) que não teve, por parte dos controladores e administradores da Companhia, qualquer influência capaz de comprometer a imparcialidade e a objetividade de sua atuação; (x) a Empresa Avaliadora declarou: (i) não ser titular, direta ou indiretamente, de qualquer valor mobiliário ou derivativo referenciado em valor mobiliário de emissão da Dasa; (ii) não ter conflito de interesses que lhe diminua a independência necessária ao desempenho de suas funções; e (iii) que não teve, por parte dos controladores e administradores da Companhia, qualquer influência capaz de comprometer a imparcialidade e a objetividade de sua atuação; (xi) a Empresa Avaliadora declarou: (i) não ser titular, direta ou indiretamente, de qualquer valor mobiliário ou derivativo referenciado em valor mobiliário de emissão da Dasa; (ii) não ter conflito de interesses que lhe diminua a independência necessária ao desempenho de suas funções; e (iii) que não teve, por parte dos controladores e administradores da Companhia, qualquer influência capaz de comprometer a imparcialidade e a objetividade de sua atuação; (xii) a Empresa Avaliadora declarou: (i) não ser titular, direta ou indiretamente, de qualquer valor mobiliário ou derivativo referenciado em valor mobiliário de emissão da Dasa; (ii) não ter conflito de interesses que lhe diminua a independência necessária ao desempenho de suas funções; e (iii) que não teve, por parte dos controladores e administradores da Companhia, qualquer influência capaz de comprometer a imparcialidade e a objetividade de sua atuação; (xiii) a Empresa Avaliadora declarou: (i) não ser titular, direta ou indiretamente, de qualquer valor mobiliário ou derivativo referenciado em valor mobiliário de emissão da Dasa; (ii) não ter conflito de interesses que lhe diminua a independência necessária ao desempenho de suas funções; e (iii) que não teve, por parte dos controladores e administradores da Companhia, qualquer influência capaz de comprometer a imparcialidade e a objetividade de sua atuação; (xiv) a Empresa Avaliadora declarou: (i) não ser titular, direta ou indiretamente, de qualquer valor mobiliário ou derivativo referenciado em valor mobiliário de emissão da Dasa; (ii) não ter conflito de interesses que lhe diminua a independência necessária ao desempenho de suas funções; e (iii) que não teve, por parte dos controladores e administradores da Companhia, qualquer influência capaz de comprometer a imparcialidade e a objetividade de sua atuação; (xv) a Empresa Avaliadora declarou: (i) não ser titular, direta ou indiretamente, de qualquer valor mobiliário ou derivativo referenciado em valor mobiliário de emissão da Dasa; (ii) não ter conflito de interesses que lhe diminua a independência necessária ao desempenho de suas funções; e (iii) que não teve, por parte dos controladores e administradores da Companhia, qualquer influência capaz de comprometer a imparcialidade e a objetividade de sua atuação; (xvi) a Empresa Avaliadora declarou: (i) não ser titular, direta ou indiretamente, de qualquer valor mobiliário ou derivativo referenciado em valor mobiliário de emissão da Dasa; (ii) não ter conflito de interesses que lhe diminua a independência necessária ao desempenho de suas funções; e (iii) que não teve, por parte dos controladores e administradores da Companhia, qualquer influência capaz de comprometer a imparcialidade e a objetividade de sua atuação; (xvii) a Empresa Avaliadora declarou: (i) não ser titular, direta ou indiretamente, de qualquer valor mobiliário ou derivativo referenciado em valor mobiliário de emissão da Dasa; (ii) não ter conflito de interesses que lhe diminua a independência necessária ao desempenho de suas funções; e (iii) que não teve, por parte dos controladores e administradores da Companhia, qualquer influência capaz de comprometer a imparcialidade e a objetividade de sua atuação; (xviii) a Empresa Avaliadora declarou: (i) não ser titular, direta ou indiretamente, de qualquer valor mobiliário ou derivativo referenciado em valor mobiliário de emissão da Dasa; (ii) não ter conflito de interesses que lhe diminua a independência necessária ao desempenho de suas funções; e (iii) que não teve, por parte dos controladores e administradores da Companhia, qualquer influência capaz de comprometer a imparcialidade e a objetividade de sua atuação; (xix) a Empresa Avaliadora declarou: (i) não ser titular, direta ou indiretamente, de qualquer valor mobiliário ou derivativo referenciado em valor mobiliário de emissão da Dasa; (ii) não ter conflito de interesses que lhe diminua a independência necessária ao desempenho de suas funções; e (iii) que não teve, por parte dos controladores e administradores da Companhia, qualquer influência capaz de comprometer a imparcialidade e a objetividade de sua atuação; (xx) a Empresa Avaliadora declarou: (i) não ser titular, direta ou indiretamente, de qualquer valor mobiliário ou derivativo referenciado em valor mobiliário de emissão da Dasa; (ii) não ter conflito de interesses que lhe diminua a independência necessária ao desempenho de suas funções; e (iii) que não teve, por parte dos controladores e administradores da Companhia, qualquer influência capaz de comprometer a imparcialidade e a objetividade de sua atuação; (xxi) a Empresa Avaliadora declarou: (i) não ser titular, direta ou indiretamente, de qualquer valor mobiliário ou derivativo referenciado em valor mobiliário de emissão da Dasa; (ii) não ter conflito de interesses que lhe diminua a independência necessária ao desempenho de suas funções; e (iii) que não teve, por parte dos controladores e administradores da Companhia, qualquer influência capaz de comprometer a imparcialidade e a objetividade de sua atuação; (xxii) a Empresa Avaliadora declarou: (i) não ser titular, direta ou indiretamente, de qualquer valor mobiliário ou derivativo referenciado em valor mobiliário de emissão da Dasa; (ii) não ter conflito de interesses que lhe diminua a independência necessária ao desempenho de suas funções; e (iii) que não teve, por parte dos controladores e administradores da Companhia, qualquer influência capaz de comprometer a imparcialidade e a objetividade de sua atuação; (xxiii) a Empresa Avaliadora declarou: (i) não ser titular, direta ou indiretamente, de qualquer valor mobiliário ou derivativo referenciado em valor mobiliário de emissão da Dasa; (ii) não ter conflito de interesses que lhe diminua a independência necessária ao desempenho de suas funções; e (iii) que não teve, por parte dos controladores e administradores da Companhia, qualquer influência capaz de comprometer a imparcialidade e a objetividade de sua atuação; (xxiv) a Empresa Avaliadora declarou: (i) não ser titular, direta ou indiretamente, de qualquer valor mobiliário ou derivativo referenciado em valor mobiliário de emissão da Dasa; (ii) não ter conflito de interesses que lhe diminua a independência necessária ao desempenho de suas funções; e (iii) que não teve, por parte dos controladores e administradores da Companhia, qualquer influência capaz de comprometer a imparcialidade e a objetividade de sua atuação; (xxv) a Empresa Avaliadora declarou: (i) não ser titular, direta ou indiretamente, de qualquer valor mobiliário ou derivativo referenciado em valor mobiliário de emissão da Dasa; (ii) não ter conflito de interesses que lhe diminua a independência necessária ao desempenho de suas funções; e (iii) que não teve, por parte dos controladores e administradores da Companhia, qualquer influência capaz de comprometer a imparcialidade e a objetividade de sua atuação; (xxvi) a Empresa Avaliadora declarou: (i) não ser titular, direta ou indiretamente, de qualquer valor mobiliário ou derivativo referenciado em valor mobiliário de emissão da Dasa; (ii) não ter conflito de interesses que lhe diminua a independência necessária ao desempenho de suas funções; e (iii) que não teve, por parte dos controladores e administradores da Companhia, qualquer influência capaz de comprometer a imparcialidade e a objetividade de sua atuação; (xxvii) a Empresa Avaliadora declarou: (i) não ser titular, direta ou indiretamente, de qualquer valor mobiliário ou derivativo referenciado em valor mobiliário de emissão da Dasa; (ii) não ter conflito de interesses que lhe diminua a independência necessária ao desempenho de suas funções; e (iii) que não teve, por parte dos controladores e administradores da Companhia, qualquer influência capaz de comprometer a imparcialidade e a objetividade de sua atuação; (xxviii) a Empresa Avaliadora declarou: (i) não ser titular, direta ou indiretamente, de qualquer valor mobiliário ou derivativo referenciado em valor mobiliário de emissão da Dasa; (ii) não ter conflito de interesses que lhe diminua a independência necessária ao desempenho de suas funções; e (iii) que não teve, por parte dos controladores e administradores da Companhia, qualquer influência capaz de comprometer a imparcialidade e a objetividade de sua atuação; (xxix) a Empresa Avaliadora declarou: (i) não ser titular, direta ou indiretamente, de qualquer valor mobiliário ou derivativo referenciado em valor mobiliário de emissão da Dasa; (ii) não ter conflito de interesses que lhe diminua a independência necessária ao desempenho de suas funções; e (iii) que não teve, por parte dos controladores e administradores da Companhia, qualquer influência capaz de comprometer a imparcialidade

Data	Tipo	Valor
23/12/2024	AFAC	R\$ 40.000.000,00
09/12/2024	AFAC	R\$ 106.000.000,00
06/12/2024	AFAC	R\$ 269.351.404,13
	Total AFAC (+)	R\$ 415.351.404,13
	Capital Social Anterior Vide Redução (+)	R\$ 4.342.511.626,69
	Total Capital Social com AFAC (=)	R\$ 4.757.863.030,82
	Ações (=)	8.686.298.450
	Novas Ações (+)	830.729.130
	Total Ações (=)	9.516.027.580

(x) Em decorrência do aumento do capital social da Companhia, deliberado no item viii acima, considerando ainda o deliberado nos itens vi e vii acima, aprovar a nova alteração da Cláusula 5ª do Estatuto Social da Companhia, que passa a vigorar com a seguinte nova redação: “***Cláusula 5ª - O capital social é atualmente subscrito e integralizado, é de R\$ 47.956.863,002 (quatro bilhões, setecentos e cinquenta e sete milhões, oitocentos e sessenta e três mil, trinta e reais e oitenta e dois centavos), dividido em 9.516.027,580 (nove bilhões, quinhentos e dezesseis milhões, vinte e sete mil, quinhentos e cinquenta e oito reais e oitenta e dois centavos), dividido em 9.516.027,580 (nove bilhões, quinhentos e dezesseis milhões, vinte e sete mil, quinhentos e cinquenta e oito reais e oitenta e dois centavos).***”, para ser lida e consolidada no Estatuto Social da Companhia, de modo que o Estatuto Social passa a vigorar de acordo com a redação disposta no **Anexo C** da presente ata. (xi) Autorizar os administradores da Companhia a tomarem todas as medidas, praticarem todos os atos e assinarem todos os documentos que se façam necessários à efetiva implementação das deliberações ora aprovadas. **Encerramento:** nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos lavrada a presente ata, na forma de sumário dos fatos ocorridos, conforme faculta o §1º do art. 130 da Lei das Sociedades por Ações, a qual, depois de lida e achada conforme, foi assinada pelos presentes: São Paulo/SP, 26 de fevereiro de 2025. Mesa: **Rogério Reis de Castro** - Presidente; **Nelcina Conceição de Oliveira Trópadi** - Secretária; **Sócia: Diagnósticos da América S.A.** – Rogério Reis de Castro; **Diagnósticos da América S.A.** – Nelcina Conceição de Oliveira Trópadi.

[illegible]

Item 33. Filial (Centro de Insumos das filiais da região), inscrita no CNPJ 60.884.855/0049-07, NIRE 35.9.0623094-1, localizada na Avenida Tamboqui, nºm.113, Complemento Box 9, Sítio Tamboré, Jubran, Baurerri – SP. CEP 06.460-015, exercendo atividade de almoxarifado (centro de insumos das filiais da região). 34. Filial inscrita no CNPJ 60.884.855/0050-32, NIRE 33901591707, localizada na Avenida das Américas, 2251, Barra da Tijuca, no Município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, CEP 22.631-001, exercendo atividades de psicologia e psicanálise; atividade médica ambulatorial com recursos para realização de procedimentos cirúrgicos, serviços de vacinação e imunização humana, atividades de atenção ambulatorial não especificadas anteriormente e atendimento em pronto socorro e unidade hospitalares práticas integrativas e complementares em saúde humana; reprodução humana assistida; odontologia; serviços de tomografia e atividade médica ambulatorial com recursos para realização de exames complementares. 35. Filial (Laboratório), inscrita no CNPJ 60.884.855/0055-47, NIRE 42902152429, localizada na Rodovia Ivá Silveira, 33 BOX 03, Bairro Bates, Cidade de Urbano Brusque, Estado de Santa Catarina, CEP 88355-201, exercendo atividade de laboratórios clínicos. 39. Filial (Administrativa/SP), inscrita no CNPJ 60.884.855/0053-85, NIRE 35.9.0629239-4, localizada na Rua Cabo Verde, nºm.435, Vila Olimpia, São Paulo - SP. CEP 04550-080, exercendo atividade de escritório administrativo. 37. Filial inscrita no CNPJ 60.884.855/0054-66, NIRE 33901609509, localizada na Rua Nicanor Nunes, S/N, QD 208, LT 1-A, Piratininga, no Município de Niterói, Estado do Rio de Janeiro, CEP 24.350-460, exercendo as atividades de atendimento hospitalar, exceto pronto-socorro e unidades para atendimento a urgências; atividades de atendimento em pronto socorro e unidade hospitalares práticas integrativas e complementares em saúde humana; reprodução humana assistida; odontologia; serviços de tomografia e atividade médica ambulatorial com recursos para realização de exames complementares. 38. Filial (Laboratório), inscrita no CNPJ 60.884.855/0055-47, NIRE 42902152429, localizada na Rodovia Ivá Silveira, 33 BOX 03, Bairro Bates, Cidade de Urbano Brusque, Estado de Santa Catarina, CEP 88355-201, exercendo atividade de laboratórios clínicos. 39. Filial (Administrativa/SP), inscrita no CNPJ sob o nº 60.884.855/0052-28, NIRE 35906803640, localizada na Rua da Glória, 677, 7º andar, Liberdade, no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 0.151-000, tendo como finalidade principal, serviços combinados de escritório e apoio administrativo. 40. Filial, inscrita no CNPJ sob o nº 60.884.855/0057-09, NIRE 35906803658, localizada na Rua da Glória, 677, 7º andar, Liberdade, no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 0.151-000, tendo como finalidade principal, serviços de quimioterapia; e (b) como atividades secundárias: atividade médica ambulatorial restrita a consultas; atividades de teleatendimento; serviços de vacinação e imunização humana; atividades de atenção ambulatorial não especificadas anteriormente; laboratórios de anatomia patológica e citológica, laboratórios clínicos; serviços de tomografia; serviços de ressonância magnética; serviços de diagnóstico por registro gráfico - ECG, EEG e outros exames analógicos; serviços de radioterapia; serviços de hematologia; serviços de bancos de células e tecidos humanos; atividades de serviços de complementação diagnóstica e terapêutica não especificadas anteriormente; atividades de enfermagem; atividades de profissionais da nutrição; atividades de psicologia e fonoaudiologia; (c) fornecimento, manutenção, assistência técnica, suporte técnico, psicológico e administrativo; (d) fisioterapia; terapia ocupacional; fonofonologia; terapia alternativa; (e) educação continuada; (f) cursos autorais e heterônomos; (g) produção de saúde não baseada em radiação ionizante, exceto ressonância magnética; por meio de registro gráfico - ECG, EEG e outros exames analógicos; por métodos óticos; por imagem sem uso de radiação ionizante, exceto ressonância magnética; por imagem com uso de radiação ionizante, exceto tomografia; laboratórios clínicos; laboratórios de anatomia patológica e citologia; (h) atividades de atendimento hospitalar, pronto socorro e unidade hospitalares práticas integrativas e complementares em saúde humana; reprodução humana assistida; odontologia; serviços de remoção de pacientes, exceto os serviços móveis de atendimento a urgências; UTI móvel; serviços de vacinação e imunização humana; (f) a participação em outras sociedades, empresariais ou não empresariais, voltadas à área da saúde, na qualidade de sócia; e (g) atividade de pesquisas clínicas;

[illegible]